

A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte I)

Breno Viotto Pedrosa*

Resumo

Este artigo problematiza alguns elementos da historiografia da geografia crítica brasileira, questionando versões e demonstrando novas fontes de pesquisa. Apresentamos ainda uma hipótese a respeito da reestruturação do campo da geografia brasileira em um período que vai de 1976-1983 quando existe uma maior densidade de debates marxistas.

Palavras-chave: Marxismo; Geografia crítica; Estruturalismo; Arquivos da ditadura militar.

The Critical Geography's controversy in Brazil (part I)

Abstract

This article discusses some elements of Brazilian critical geography, questioning versions and demonstrating new research sources. We also present a hypothesis regarding the restructuring of the field of Brazilian geography in a period from 1976-1983 when there is a higher density of Marxists debates.

Key words: Marxism; Critical geography; Structuralism; Archives of the military dictatorship.

** Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA (brenoviotto@hotmail.com).

Introdução

O presente artigo – dividido em duas partes – pretende problematizar uma série de características ligadas à história da geografia crítica por meio da exposição de uma hipótese interpretativa sobre as transformações da renovação marxista na geografia. O resultando das mudanças epistemológicas reverberaram na dinâmica do campo disciplinar como um todo, modificando, portanto, a disposição do capital cultural¹ da geografia e de seus subcampos.

Para a nossa problematização, partiremos da análise de tendências marxistas na geografia antes de 1978 e, posteriormente, discutiremos a recepção de autores da geografia francesa como Pierre George e Yves Lacoste. Finalmente, demonstraremos como o althusserianismo teve força na geografia nacional, em que pese o seu abandono sem análises críticas explícitas dentro do campo disciplinar.

Cabe esclarecer que não aceitamos aquela visão historiográfica positivista e evolucionista, que admite a passagem de fases na história disciplinar. A geografia não teve um período tradicional, quantitativo, radical/crítico, humanístico² e hoje todas essas opções convivem muito bem em um ecletismo metodológico. O desenvolvimento de uma ciência é muito mais complexo do que isso e é preciso explorar, no caso brasileiro, a relação existente entre geografia e marxismo antes da geografia crítica.

¹ Segundo Bourdieu (2003, p. 30-83), o capital cultural engloba os elementos que permitem o reconhecimento dos indivíduos dentro de um campo do conhecimento específico. Ele envolve tanto o poder ligado às instituições, quanto o reconhecimento das ideias através de palestras, publicações, etc.

² Nos Estados Unidos, a geografia marxista e a humanística de cunho existencialista ascenderam conjuntamente criticando a *new geography* (BALLESTEROS, 1986, p. 83 e PEET, 1998).

PEDROSA, B.V. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte I).

A crítica antes da crítica

Primeiramente, é oportuno destacar que algumas pessoas trabalham com a concepção de que a geografia crítica não existe, ideia defendida, por exemplo, por Ruy Moreira em diversas ocasiões (apud SCARIM, 2000, p.103-116). Uma nova fonte pode ser analisada e demonstrar como, na verdade, o aparelho repressor da ditadura militar estava muito preocupado com a nossa disciplina, acompanhando suas movimentações na academia, nos movimentos estudantis e no próprio IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ao acessar o anexo, podemos verificar parte do material gerado pela repressão, sobre a geografia, no estado de São Paulo.

Alguns autores crêem que a geografia crítica não se delinea claramente porque o “perfil pluralista desses intelectuais não permite configurá-los dentro de um bloco homogêneo de ação com um direcionamento político estritamente delimitado” (FRANÇA FILHO, 2009, p. 49). Entretanto, esse não é um grave problema, pois a geografia crítica foi um conjunto difuso de pensadores e não um partido ou bloco político. O traço comum é a referência ao marxismo, principalmente, no período denso de sua consolidação, no intervalo de 1976 até 1983.

De qualquer forma, é importante ressaltar que existia um diálogo, mesmo que tímido, entre geografia e marxismo antes da geografia crítica ou radical. No início da história da Universidade de São Paulo (USP) encontramos um jovem estudante do curso de Geografia/História junto ao seu professor Pierre Deffontaines e outros colegas, que fundam a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (SEABRA *et alli*, 2008). O jovem Caio Prado Jr., em uma de suas viagens para França entrou em contato com a União Racionalista, uma organização próxima da política do *front populaire* que unia intelectuais comunistas, socialistas e progressistas interessados em divulgar o conhecimento científico e combater a disseminação do fascismo. Ao conhecer a União e Lucien Febvre, Caio se inspirou para elaborar o periódico *Geografia* na AGB. Desde o início, Caio se preocupou em estabelecer dinâmicas de troca de periódicos, o que

incluiu revistas de geografia da União Soviética (SEABRA *et alli*, 2008, p. 62). A recém-criada AGB, envolvia a colaboração de profissionais de outras áreas, como a engenharia, e os professores da missão francesa, como Claude Lévi-Strauss e Jean Maugüé³, um dos incentivadores da aproximação entre Prado Jr. e o marxismo.

Ao se analisar o caso de Nelson Werneck Sodré, durante quase toda a década de 1950, este marxista escreveu dezenas de pequenos textos para a seção *Tipos e aspectos do Brasil* dentro da *Revista Brasileira de Geografia*, publicação oficial do IBGE. A partir de 1954, no entanto, Nelson participa do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) que difunde o desenvolvimentismo e possui múltiplas leituras do Brasil, da América Latina e do imperialismo. As atividades de Sodré no IBGE e no ISEB são quase concomitantes e os conteúdos feitos para o IBGE se vinculam diretamente à uma geografia vidaliana, em análises descritivas, similares aos gêneros de vida, reportando-se então ao Brasil não moderno. Não obstante, sua obra *Geografia e Ideologia*, publicada pela editora Vozes em 1976, representou uma reabilitação do debate entre possibilismo e determinismo geográfico, apresentando uma problematização clara da geopolítica nazista.

³ Responsável pelo curso de filosofia e integrante da missão francesa, “Maugüé era diferente dos colegas também do ponto de vista político. Era o único comunista da Missão Francesa e não escondia isso. Falava abertamente a respeito e nas aulas indicava livros de Marx e Engels, além de outros, livros que naquele tempo repressivo de ditadura estavam fora de consulta na Biblioteca Municipal”. Apesar de uma leitura heterodoxa, Maugüé era partidário da URSS (CORDEIRO, 2008, p. 191).

Ainda no ano de 1956, o encontro da União Geográfica Internacional ocorrido na cidade do Rio de Janeiro⁴ foi um marco na geografia brasileira, pois possibilitou o contato com a geração de geógrafos de esquerda ligados ao Partido Comunista Francês. Participaram do evento: Pierre George, seu aluno Michel Rochefort, Jean Dresch e Jean Tricart que eram mal vistos pelos colegas brasileiros atrelados à leitura mais tradicional de Vidal de la Blache. Sendo assim,

enquanto na UFRJ, Hilgard impedia a entrada dos membros da Escola de Pierre George, e o mesmo fazia na USP o grupo do Aroldo, Fábio [chefe do IBGE], cada vez mais 'esquerdizante' promovia todo suporte para a sua influência, principalmente a de Michel Rochefort. Nesse contexto, Lysia Bernardes produziu um estudo sobre o *Região de influência do Rio de Janeiro*, eu sobre a Industrialização do Sudeste. Também neste período a *Evolução da rede urbana* (GEIGER, 1994, p. 139).

Os franceses foram em parte isolados, porque, de um lado Milton Santos convidou Tricart para visitar Salvador o que resulta em uma relação duradoura e, por outro, o IBGE chamou Michel Rochefort para aplicar sua metodologia, no início da década de 1960. Na juventude, durante a Segunda Guerra, Milton Santos (2000, p. 81) travou contato com a esquerda baiana, a qual incluía o célebre Jacob Gorender, no entanto, foi o próprio J. Tricart que o iniciou em uma leitura sistemática de Marx. Após concluir seu percurso universitário, Milton era membro da AGB e frequentou, no Rio de Janeiro, os cursos de férias do IBGE, ocasionando algumas contribuições para a *Revista Brasileira de Geografia*. Milton se tornou presidente da Fundação de Planejamento Econômico da

⁴ Um dos marcos do encontro de 1956 foi a primeira participação de uma delegação da União Soviética. O grupo de George, Dresch e Tricart, em suas críticas à escola vidaliana cobravam uma aproximação com a geografia soviética e o mesmo acontece com os geógrafos estadunidenses. No Brasil, essa demanda nunca teve muita importância e a presença dos soviéticos foi inócua.

Bahia e membro do governo, enquanto seu irmão, formado em economia, era próximo de Celso Furtado e participou dos primeiros anos da Sudene. Após o golpe militar, ambos foram exilados.

Também na década de 1950, circulou no Brasil a obra de Tricart *L'Habitat urbain*⁵, que operacionalizou uma dialética sócio-espacial para a análise do espaço das cidades (SANTOS, 2000, p. 93-108). Se uma parte dos geógrafos brasileiros não conseguiu compreender até agora que na França do pós-guerra existiam vários projetos de geografia marxista, Milton tinha clareza disso. Pode-se perceber que Jean Dresch era crítico feroz da desradicalização do marxismo, operada lentamente por Pierre George, enquanto o jdanovista⁶ Jean Tricart, a partir de Kojève admitia a dialética como conflito (PEDROSA, 2013, p. 101-127). No exílio, Milton participou do IEDES (Instituto de estudo do desenvolvimento econômico e social) voltado ao planejamento e dirigido por François Perroux, economista ligado a Pierre George e Michel Rochefort. Perroux concebeu os polos de desenvolvimento que seriam criticados por Milton Santos, mas utilizados por Manuel Correia de Andrade, que, também no exílio, estudou com J.-R. Boudeville.

Manuel Correia também tinha contato com o marxismo e era amigo de Caio Prado Jr. Durante o processo de criação da obra *A terra e o homem no Nordeste* – de 1963 –, Caio o incentivou a deixar a leitura de Kautsky e se focar no Nordeste em si (SEABRA *et alli*, 2008).

Em 1967, o relatório preparado por Orlando Valverde e Catharina V. Dias de título *A rodovia Bélem-Brasília: estudo regional*⁷ descreve o trecho amazônico da rodovia, destacando relações de produção escravistas ou até mesmo feudais. Os autores

⁵ Publicado em 1957 pelo Centre de documentation universitaire, Paris.

⁶ Doutrina soviética que separa os campos da ciência e da cultura em burguesa e proletária.

⁷ Rio de Janeiro, IBGE, 1967.

tinham a dimensão da polêmica de tal indicação, mas isso não os impedia de, em plena ditadura militar, fazer o diagnóstico com base na observação empírica. Como é amplamente sabido, Orlando Valverde foi um quadro do IBGE que não se engajou na geografia quantitativa. A geografia crítica brasileira, em seus momentos iniciais e de uma forma geral, forjou uma visão muito ruim do IBGE e do planejamento. Orlando Valverde foi importante para a renovação, mesmo que tivesse sua produção vinculada à, na época, chamada “geografia tradicional”.

Pedro Geiger (1994), em seu comentário autobiográfico, relembra sua simpatia pelo marxismo, bem como a introdução, antes do golpe militar, de debates no IBGE, que eram veiculados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Acrescenta ainda que, na juventude, aplicou métodos de análise mais críticos para o estudo da produção de frutas na baixada fluminense, atentando para a especulação fundiária.

O próprio Roberto Lobato Corrêa, comumente lembrado por ter sido aluno de Brain Berry, um dos principais geógrafos da escola quantitativa, nos conta que, ao chegar na Universidade Chicago durante a década de 1970, a *new geography* estava decadente (CORREA apud SCARIM, 2000, p. 210-215). O IBGE era uma instituição heterogênea que possuía uma pluralidade de posicionamentos políticos e que recebeu, na década de 1960, a geografia ativa de Pierre George, através de Michel Rochefort. Como o próprio Lobato acrescentou, independente do IBGE, muitos geógrafos críticos trabalharam com planejamento em outros órgãos, sendo que, dentro do IBGE, uma parte dos profissionais não concordava com o regime. Ao seu ver “Não diria que a geografia serviu ao planejamento oficial, mas que o planejamento oficial, parte integrante do aparelho ideológico do Estado, utilizou a geografia para cumprir seu papel ideológico” (CORRÊA, 1982, p. 119). Isso posto, a dúvida cruel se impõe: tentar agir por dentro das instituições ou deixar os militares a revelia, substituindo quadros progressistas por conservadores? Finalmente, trabalhar para o planejamento não significa ser acrítico a ele.

A geografia do IBGE foi responsável por muitos projetos de planejamento e em 1968, data de execução do AI-5 que restringe liberdades civis, o instituto passa por profunda reestruturação. Essas mudanças significaram a hegemonia dos economistas e, no tocante à geografia, um desligamento da escola francesa em favorecimento da norte-americana. Diante disso, Michel Rochefort, que transitava pelo Brasil, passou a evitar a instituição – lembrando que, no momento do golpe, o órgão sofreu intervenção dos militares (BOMFIM, 2007, p. 118).

Josué de Castro é um outro nome que podemos elencar, mesmo que este médico erradicado na geografia estivesse ligado mais ao espectro político da centro-esquerda. No pós-guerra, após o impacto de seu *A geografia da fome*, União Soviética e Estados Unidos disputam seu apoio político como uma forma de capitalizar valores humanistas. Josué, também exilado, fora um dos professores que saiu do Instituto de geografia para integrar a nova Universidade de Vincennes junto a vários intelectuais da nova esquerda, dentre eles Yves Lacoste e Raymond Guglielmo.

Armen Mamigonian, desde sua formação inicial na década de 1950, estava ligado ao marxismo, fato este que vetou uma indicação para trabalhar na USP. Na juventude, teve contato com a geografia de esquerda através de A. Cholley e J. Tricart que não eram indicados nos cursos de graduação (MAMIGONIAN, 2005, p. 2). No início da ditadura foi implicado na perseguição ao PCB, em Florianópolis, e em 1978 foi uma liderança na transformação da AGB. Em vários encontros da AGB, debateu com Roberto Lobato Corrêa e Speridião Faissol. O início do processo ocorre na reunião de Presidente Prudente, no ano de 1972:

a “invasão quantitativa”, mas naquela reunião Manoel Correia de Andrade e eu mesmo assumimos a crítica à “novidade”, vendida como “revolução” pelos seus crentes. Da minha parte, perguntei ao professor de cartografia de Rio Claro, M. César Sanchez, qual era a vantagem da análise fatorial que ele usava para decifrar a agro-pecuária do Estado de São Paulo, com a resposta de que era possível

correlacionar suinocultura e plantio de milho, ao que comentei se tratar de uma “descoberta” que não carecia de ciência nenhuma, pois se tratava de uma evidência (MAMIGONIAN, 2005, p. 4).

O diagnóstico de que a geografia quantitativa não apresentaria grandes avanços e de que seria uma abstração do empirismo, também é destacado por Bomfim (2007). No encontro da AGB em 1976, na cidade de Belo Horizonte, ocorre o debate entre Lobato Corrêa e Armen, em que o primeiro cobra uma metodologia de pesquisa explícita. A resposta de que Marx, n’*O capital*, não se preocupou em explicitar o método, mas em analisar a realidade (MAMIGONIAN, 2005 e SCARIM, 2000) é um fato vívido na memória daqueles que presenciaram e se envolveram nesses debates da geografia. Simbolicamente, os embates públicos representaram justamente os confrontos entre a nova geografia, ligada parcialmente aos estudos estatísticos do IBGE, e a perspectiva de relacionar marxismo e geografia.

Sobre a geografia quantitativa, não podemos deixar de notar que nos Estados Unidos ela foi importante para o amadurecimento da própria geografia crítica. Muitos geógrafos radicais como David Harvey ou William Bunge escreveram, na década de 1960, obras importantes sob a perspectiva quantitativa. Ao verificarmos o *Boletim de geografia teórica* podemos encontrar elementos que mostram a relação entre a quantitativa e a renovação crítica no Brasil: A. Christofoletti e Livia de Oliveira, em artigo de 1971, elogiam os

avanços metodológicos da geografia soviética⁸ no campo da quantificação e seu uso para o planejamento; um texto de Micotti intitulado *Estruturalismo* (nº 4, 1972) busca explorar teoricamente o significado do termo para a teoria social; encontra-se a notícia sobre a visita de David Harvey em Rio Claro, no ano de 1974 (vol. 4, nº 7/8, 1974), portanto, apenas um ano depois da publicação de *A justiça social e a cidade*. Harvey problematiza a relação entre “a geografia e as ideologias, a função do geógrafo nas atividades relacionadas com a organização do espaço e planejamento regional e outros aspectos de interesse filosófico e metodológico” (p. 71); encontramos uma resenha de uma obra de Armando Corrêa da Silva, feita por Januário Megale (vol. 8, nº 16, 1978), que critica a inserção temática da relação entre geografia e ideologia. Contudo, depois desse ato de resistência, no próprio *Boletim* podemos encontrar muitos textos de autores ligados à geografia crítica. Dentre eles, Manoel C. de Andrade (vol. 9, nº 17/18, 1979), José de Souza Martins e uma nota de Christofolletti descrevendo a geografia radical (vol. 10, nº 19, 1980), Antônio C. R. de Moraes (vol. 14, nº 27/28, 1984), Vânia Vlach (vol. 16/17, nº 31/34, 1987). Já no ano de 1992 destaca-se os anais do encontro “A questão regional e os movimentos sociais no Terceiro Mundo” e, em 1995, os anais do “XII Encontro Nacional de geografia agrária”. Claramente, o espaço institucional de uma das revistas mais importantes da quantitativa foi colonizado após a renovação. O mesmo ocorreu com o periódico

⁸ Para muitas pessoas, a geografia quantitativa na União Soviética tem sido um grande enigma histórico. Para solucioná-lo devemos compreender dois aspectos: (1) no contexto da guerra fria, uma parte dos cientistas soviéticos se alimentavam, em parte, de inovações tecnológicas e científicas através dos aparelhos de espionagem implantados no ocidente, como demonstra o caso Vetrov (KOSTINE e RAYNAUD, 2011). Isso deveria se aplicar para parte dos geógrafos que seguiram a moda quantitativa; e (2) não podemos negar a extensa tradição geográfica herdada da cultura imperial russa ou, ainda, a continuidade de uma tradição geográfica oriunda da economia política marxista e do planejamento. Diante do exposto, a homogeneidade da visão sobre os soviéticos deve ser relativizada.

Geografia da AGETEO⁹. Essa é uma das primeiras evidências de como a geografia crítica se institucionalizou e passou a conviver com outras tendências que, entre 1976-83, eram combatidas ferozmente.

Além dos casos arrolados sucintamente acima, caberia ainda estudar quais e como os geógrafos da década de 1950 e 1960 participaram de partidos e movimentos de esquerda. A seguir, vamos indicar algumas referências que aparecem em entrevistas, no entanto, não é possível negar que, em 1978, existia uma atmosfera de diminuição da repressão com as aberturas do regime Geisel, pois a luta armada no campo e na cidade havia sido duramente combatida (a Guerrilha do Araguaia ocorre entre 1969-1976, Carlos Lamarca foi morto em 1971 e Carlos Marighella em 1969). Porém, isso não evitou (vide Anexo) que a geografia fosse acompanhada de perto até o fim da década de 1980.

⁹ Associação de geografia teórica.

A revolução e a angústia da influência: de Pierre George a Althusser

A relação entre geografia e marxismo no caso brasileiro é complexa, porque devemos considerar as influências da militância partidária e o espectro das leituras acadêmicas do marxismo. Apesar de uma boa parte dos geógrafos ter militado nos partidos, esta é uma variável sujeita à inconstância, uma vez que, devido à repressão, existiam ruídos na comunicação e nas identidades partidárias.

Dentro da USP, depois de 1957, se estabelece o famoso grupo d'*O Capital*, tendo como um dos organizadores José A. Giannotti, que, de acordo com Rodrigues (2011, p. 34 *et passim*) tinha como objetivo extrair o método de estudo de Marx, mais do que uma preocupação estritamente política. Membros do grupo, como Fernando Henrique Cardoso e o próprio Giannotti mobilizaram forças para criticar a presença de Althusser no Brasil, que na década de 1960 já marcava presença (SAES, 2007).

Claramente, a abordagem de Althusser representava uma concorrência por vários motivos. Cabe lembrar que o estruturalismo althusseriano surgiu na França como uma resposta à grande desilusão com a União Soviética depois da invasão da Hungria, em 1956, ocasião em que muitos intelectuais se desvincularam do partido comunista – incluindo aí, muitos geógrafos de esquerda. Althusser era oposição ao marxismo ortodoxo francês tentando resolver, a partir da metodologia científica, os dilemas que se impunham diante dos eventos políticos. Claramente, seus livros *Por Marx* e *Ler Marx* realizam um novo *modus operandi*: deixar de lado o marxismo e o socialismo real optando pela análise da obra de Marx – similar ao grupo d'*O capital*. É inquestionável o papel do estruturalismo, como demonstra Dosse (2007, p. 383-398), na geografia de Yves Lacoste. Ele instrumentaliza o debate sobre *Os aparelhos ideológicos do Estado* para problematizar a geografia escolar e a região como “conceito obstáculo”. O estruturalismo teve importância na geografia anglo-saxônica, até que a crítica advinda de E. P. Thompson o relativizasse (PEET, 1998). Milton

Santos absorve o debate estruturalista no seu exílio na França e nos Estados Unidos, mas não fica estagnado nele.

Após maio de 1968, a proposta do marxismo althusseriano era muito difundida no mundo, chegando ao Brasil no Rio de Janeiro através da revista *Tempo Brasileiro*. Contudo, no Brasil há um “‘cerco’ acadêmico, cuja arma principal era sua qualificação alternativa (quando não simultânea) como ‘positivista’, ‘estruturalista’ ou ‘estalinista’” (SAES, 2007, p. 68-69).

Além disso, existe uma especificidade do marxismo brasileiro que precisa ser compreendida: no Brasil, do ponto de vista político, uma série de elementos contribuiu para a continuidade de certas interpretações do marxismo ortodoxo. A própria violência da ditadura militar, a recepção do maoísmo, o impacto da revolução cubana e a luta armada contribuíram para uma problematização mais lenta do modelo revolucionário soviético. Os efeitos da Hungria e do maio de 1968 redirecionaram parte da *intelligentsia* na França, porém o mesmo não ocorreu no Brasil em função dos contextos históricos e sociais.

Paralelamente, na geografia, logo após o golpe, o livro organizado por Pierre George, intitulado *A geografia ativa*, é traduzido para o português. Os tradutores eram todos professores da USP: Gil de Toledo, Nelson de la Corte, Vincenzo Bochichio e Manoel Seabra. A edição francesa é de 1964 e a brasileira de 1966, no entanto, essa obra marca o processo de decadência da geografia de esquerda francesa. George culpa a dialética pelas atrocidades do nazismo e defende a geografia como um conhecimento neutro a serviço do Estado. Mesmo assim, existe um outro aspecto inaugural nessa obra, que é o apelo à ação não pragmática e social, por uma sociedade mais justa em que o planejamento é uma ferramenta fundamental. Os demais textos, que receberam pouca atenção da geografia brasileira, se compõem de uma defesa vívida do economicismo estalinista, no caso de Raymond Guglielmo e a adoção do maoísmo como alternativa para a superação do subdesenvolvimento no de Y. Lacoste. Acrescenta-se a contribuição de B. Kayser à coletânea. Essencialmente, ainda prevalece a ideia

original de planejamento para Pierre George, que concebe o plano elaborado e executado por um poder central agindo em escala regional.

Os geógrafos brasileiros, ao invés da decadência, viram a oportunidade de assumir um papel na superação das desigualdades sociais. *A geografia do subdesenvolvimento*¹⁰ de Yves Lacoste, na esteira da geografia ativa, também foi amplamente lida e debatida. Conforme Mamigonian (2005) nos anos 70 a visita de P. George à USP precisou contar com a interlocução de C.A. Figueiredo Monteiro e a minha, já que os professores de geografia humana do departamento não se faziam presentes. É também interessante assinalar que as ideias de J. Tricart e de P. George da primeira fase eram aplicadas nas pesquisas.

As ideias francesas agradavam parte de uma geração mais nova e também os geógrafos do IBGE que as aplicaram. Mesmo que alguns tentem dirimir a influência de Pierre George e Yves Lacoste, todos os entrevistados de Scarim (2000), de diversas maneiras, mencionam que ambos autores eram lidos e debatidos. O próprio nome “geografia crítica” denota a influência francesa e ao observar o texto de Gintrac (2012) e o dicionário de Johnston (*et alli*, 2008, p. 127) não existe diferença significativa entre a geografia crítica e a radical. Gintrac (2012, p. 6) consegue indicar que provavelmente o primeiro uso da “geografia crítica” foi feita, em 1975, pelo grupo da revista *Espace-temps* que incluía Jacques Lévy, – inicialmente estruturalista – mesmo que o termo “crítico” demarque a falta de engajamento total com o marxismo.

Finalmente, após o evento da AGB em Fortaleza, a busca de referências explicitamente marxistas e o ambiente de militância permitiram a conveniência de enterrar a influência de George e,

¹⁰ Menos famosa entre o público brasileiro foram as críticas feitas por J. Suret-Canale e menos ainda a autocrítica de Lacoste (“Self-critical reflections and critique of A geography of underdevelopment”, *Antipode*, vol. 9, nº 3, 1977). Neste texto, ele admite ter subestimado o poder o imperialismo e a diversidade dos países subdesenvolvidos (BALLESTEROS, 1986, p. 172).

como alguns o fizeram, classificá-lo simplesmente como um “historicista”, muito aquém de suas contribuições.

Scarim (2008, p. 46) compõe a segunda geração da geografia de São Paulo com Manoel Seabra, Vincenzo Bochichio, Gil Sodero, Judith de la Corte, Nelson de la Corte, Rosa Ester Rosini, José Pereira de Queiroz Neto, Maria Cecília França e Armen Mamigonian. Acrescentaríamos, ainda, Armando Corrêa da Silva que, formado em ciências sociais, vem para a geografia da faculdade de economia e administração. Ao observar os orientadores da geografia crítica, encontramos o seguinte quadro:

Quadro 1: Os orientadores da geografia crítica

	Mestrado	Doutorado
Milton Santos		E. Julliard e J. Tricart
Ariovaldo Umbelino de Oliveira		Pasquale Petrone
Armen Mamigonian		E. Julliard
Marcelo J. Lopes de Souza	Maurício de Abreu	Gerd Kohlepp
Ana Fani Alessandri Carlos	Nice Lecoq Miller	Lea Goldenstein
Amélia Luisa Damiani	Armando Corrêa da Silva	Manoel Seabra
Vânia Vlach	Manoel Seabra	Yves Lacoste
José William Vesentini		Manoel Seabra
Ruy Moreira	Maurício de Abreu	Armando Corrêa da Silva
Roberto Lobato Corrêa	Brain Berry	Maurício de Abreu
Antônio Carlos Robert Morais	Armando Corrêa da Silva	Armando Corrêa da Silva
Wanderley Messias da Costa	Armando Corrêa da Silva	Armando Corrêa da Silva
Carlos Walter Porto Gonçalves	Milton Santos	Lia Osório Machado

Fonte: Plataforma Lattes.

Existem nomes recorrentes e muitos se encaixam na chamada segunda geração indicada. Não conseguimos dados satisfatórios no caso do Rio de Janeiro, mas podemos perceber que o nome de Maurício de Abreu se repete algumas vezes.

Vesentini (2009), em um depoimento muito imaginativo¹¹, pretende estabelecer uma polarização: a geografia crítica teria surgido com os professores do ensino fundamental e médio, que adotaram o marxismo e a teoria crítica depois de sua formação, nos cursos conservadores que rejeitavam a esquerda.

Todavia, o referido autor esquece que os geógrafos da Usp trabalharam com os textos de P. George e companhia. Federico Ferretti, em visita ao Arquivo do Estado de São Paulo, encontrou um documento¹² de 1973 que implica Nelson de la Corte por estar, dentre outras suspeitas, em contato com Yves Lacoste. Nelson apoiou os estudantes em 1968 e movimentos contrários a determinados professores da geografia. Em outros documentos se encontra referência à apreensão de um exemplar da *Geografia Ativa* e também ao *Boletim Paulista de Geografia* (vide Anexo). Claramente, as fontes policiais devem ser relativizadas, já que os policiais teriam uma compreensão mais estreita das atividades acadêmicas, contudo essa evidência não deixa de ter importância. Para Moraes (apud SCARIM, 2000, p. 139-150), essa segunda geração não se radicalizou, em parte, porque a geografia ativa não explicitava o debate sobre o método geográfico.

Isso faz cair por terra o papel exclusivo dos professores de ensino fundamental, mas não dirime sua importância, pois muitos foram responsáveis por ideias e materiais de ensino inovadores. Entretanto, Vesentini (2009, p. 129-130) quer contar uma versão da história que polariza os professores de escola e os mandarins acadêmicos. A análise

¹¹ Nas páginas 148 e 152 ele diz que Milton Santos teria se exilado por conta própria. Ao consultar as fichas do DEOPS (vide anexo) pode-se desmascarar essa acusação leviana. Da mesma forma, afirma que Althusser teve pouca importância para Y. Lacoste (p. 144) mesmo que este geógrafo tenha entrado na onda estruturalista tardiamente (DOSSE, 2007, p. 383-399).

¹² Documento 50E 30 150 informe de 28 de fev. de 1973, arquivo do DEOPS no Arquivo do Estado de São Paulo. Agradeço imensamente a Federico Ferretti.

concreta dos fatos demonstra que a renovação crítica permitiu que vários professores de cursinhos e de escolas ascendessem à universidade, não só pelo acréscimo de uma nova medida de capital cultural ligada à esquerda, mas também em função do início da expansão do ensino superior. Isso se aplica ao caso de Vesentini, de Ruy Moreira e de Carlos Walter Porto Gonçalves (apud SCARIM, 2000).

Essa evidência também questiona a versão de Moreira (2000, p. 29-30): “menosprezada pela universidade, a geografia popular dessas décadas é georgeo-lacosteana”. Como mostramos, George, Lacoste e Rochefort, apesar de evitados por parte dos acadêmicos, estavam na universidade e no IBGE.

No entanto, nas escolas existiria uma menor repressão, pois universidades eram constantemente vigiadas e até mesmo pichações eram reportadas (vide Anexo). Os encontros de geografia, a União Paulista de Estudantes de Geografia (UPEGE) e até um texto de Milton Santos, na época exilado, eram reportados. As escolas e cursinhos, provavelmente, ganhariam visibilidade se existisse a denúncia de seus membros ou da comunidade.

Vesentini (2009, p. 131-132) diz que muitos dos professores de geografia se perderam na guerrilha ou nos porões da ditadura. Todavia, nos arquivos não encontramos registros, a não ser a ficha de Francisco C. Scarlato, que na época deveria ser estudante. Vesentini destaca sua concepção de mundo gramscianiana focada na hegemonia das instituições culturais para a disputa de forças na sociedade, cujo objetivo era ocupar a universidade e consequentemente o campo cultural. Seu gramscianismo não teve vida longa.

Anexo

Todas as informações abaixo foram retiradas no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/pesquisa.php>). Os itens acessados estão com o devido título no quadro abaixo. Fora da tabela, temos um relatório de itens referentes à geografia, cujos documentos, apesar de não terem sido digitalizados, apresentam

PEDROSA, B.V. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte I).

descrições básicas. Os dados foram acessados via internet no dia 24/05/2014.

Título	Conteúdo	Data
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Comentário sobre a presidência de Jessé Montello, referência à possibilidade de corrupção e sindicância ocorrida em sua gestão. Relata a greve de funcionários do IBGE e, em 1988, a demissão do presidente Edson Nunes por J. Sarney e a nomeação de Celsius Lodder como interventor.	de 1983 a 1988
SOUZA, Maria Adélia Aparecida de	Professora de urbanismo e geógrafa da FAU-USP. Notícias sobre o cargo que a referida ocupava como prefeita da cidade universitária.	de 1983 a 1984
União Paulista dos estudantes de geografia (UPEGE)	Em 1970, fala do processo eleitoral da UPEGE e da vitória de Silvio C. Bray e seu vice Moacyr Ghiaqueto. Em 1972, reporta o encontro administrativo que ocorreu no centro de estudos Prof. João Soukup na Faculdade de Filosofia de Santos com cerca de 50 estudantes de vários locais.	de 1970 a 1972
SANTOS, Milton	Professor do Rio de Janeiro, sobre participação no evento em comemoração ao 10º aniversário de morte de Josué de Castro, ocorrido na PUC-SP	30/08/1983
XII Congresso inter-universitário de geografia do Estado de São Paulo	160 participantes que se encontraram e durante uma semana fizeram levantamento de dados em Santos. O resultado é uma “planta funcional” que foi entregue ao centro de estudos geográficos Prof. João Soukup, FAFI.	30/08/1970
1º Congresso dos alunos de ciências sociais, história e geografia	Panfleto sobre temas debatidos na PUC-SP.	20/05/1983
Ficha de Francisco Capuano Scarlato	Referência a prontuários de pessoas e processos associados.	20/01/1972
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Relata a possibilidade do fim de uma greve e o início de outra no ano de 1989.	1988 e 1989
Milton Santos	Reporta que é ex-catedrático da Universidade da Bahia e que foi cassado. Realiza pesquisa sobre urbanização para as Universidades de Toulouse, Bourdeaux e Sorbonne com uma conferência editada para o jornal “Mundo econômico” editado pela fundação Coopercotia.	19/08/1968
XVI Congresso interuniversitário de geografia	Telex para reportar que o evento ocorrerá em Mongaguá de 12 a 19/10/1974.	09/10/1974
I Encontro de geografia 1º e 2º graus	Ocorre o evento e para entrada é necessário credenciamento.	03/05/1984

Nos documentos apenas registrados na internet, sinteticamente podemos encontrar:

Eventos: XXI Congresso da união paulista de estudantes, XV Congresso dos estudantes de geografia, XIX Congresso interuniversitário de geografia, Congresso interuniversitário de geografia do estado de São Paulo, Simpósio de Geografia em Mongaguá no ano de 1974, Segundo encontro nacional dos estudantes de geografia, Encontro administrativo da União paulista de estudantes de geografia, Encontro nacional de estudantes de geografia e serviço social e Conferência no departamento de geografia da FFLCH. Anúncios de greve no ABCD e referência ao Congresso pela anistia (em 1979).

Instituições da geografia: União paulista dos estudantes de geografia, Instituto de Geografia (USP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Faculdade de geografia e história (USP), Grêmio de geografia e história (sem local), Departamento de Geografia FFLCH-USP, Centrinho de geografia (referência ao centro acadêmico da USP), CEGE (USP) e referência à “célula 91 – geografia e história da frente 90 USP”. Referência ao centro de estudos “professor João Soukp”.

Pessoas: Referência à Lea Goldenstein e uma ficha sobre os auxiliares do departamento de geografia FFLCH. Relato de faixas abordando a prisão do estudante de geografia Waldernir Bargesi (provavelmente em 1973).

Publicações: Ação geografia nº 5 – Revista da geografia “as dificuldades que enfrentamos” (fevereiro de 1977), apreensão do livro “Geografia da fome” de Josué de Castro, uma ficha sem data intitulada “Geografia ativa” (uma apreensão) e outra com a caixa postal do Boletim Paulista de geografia.

Situações pontuais: pichações no prédio de geografia/história (USP); mural no prédio de geografia/história (USP); documentação sobre a chapa “refazendo geografia” para o CEGE (USP); notícias sobre várias reuniões do DCE e de estudantes no prédio da geografia/história (USP); Manifesto dos alunos de geografia sobre

PEDROSA, B.V. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte I).

o movimento do custo de vida (USP); Feira da arte na geografia (USP); Relatório de estudantes de geografia de Rio Claro que deixam de frequentar as aulas em 1979; referências à possibilidade da apresentação da peça “Invasão dos bárbaros”, de Consuelo Castro, no prédio de geografia/história na USP.

Referências bibliográficas

BALLESTEROS, Aurora G. Geografía y marxismo. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, 1986.

BOMFIM, Paulo R. de Albuquerque. *A ostentação estatística (um projeto para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64)*. São Paulo: Tese de doutorado na área de geografia humana – FFLCH/ USP, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência. São Paulo: UNESP, 2003.

CORDEIRO, Denilson Soares. A formação do discernimento: Jean Maugüé e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil. São Paulo: Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2008.

CORRÊA, R. L. “Geografia brasileira: crise e renovação” in MOREIRA, Ruy. Geografia: teoria e crítica. Petrópolis: Vozes, 1982.

DOSSE, François. A história do estruturalismo – volume 2. Bauru: Edusc, 2007.

FRANÇA FILHO, Astrogildo L. de “A presença (ou ausência) do pensamento marxista na geografia moderna”. Tamoios, ano V, nº 1, 2009.

PEDROSA, B.V. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte I).

GEIGER, Pedro P. “Notas autobiográficas e reflexões (dedicado à Regina Rochefort)” in *Geosul*, v. 9, nº 17, 1994.

GINTRAC, Cécile. “Géographie critique, géographie radicale: comment nommer la géographie engagée?” in *Carnets de géographie*, nº 4, 2012.

IUMATTI, Paulo T. “Caio Prado Jr. e as ciências naturais: sua apreensão das transformações epistemológicas da virada do século XIX” (CD-ROM) in SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter; IUMATTI, Paulo T. (org.). *Caio Prado Jr. e a Associação de Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2008.

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Edusp e Trajetória Cultural, 1987.

JOHNSTON, R. J.; GREGORY, Derek; PRATT, Geraldine; WATTS, Michael. *The dictionary of Human Geography*. Singapura: Blackwell Publishing, 2008.

KOSTINE, Serguei e RAYNAUD, Eric. *Adeus, Farewell*. São Paulo: Record, 2011.

MAMIGONIAN, Armen. “Entrevista” in *Boletim Paulista de Geografia*, AGB-SP, nº 88, 2008.

_____, Armen. “Minha experiência na FAFI de presidente prudente (1969-1980)” in *História da FAFI*. Unesp. Presidente Prudente: Editora da Unesp, 2005.

MOREIRA, Ruy. “Assim se passaram dez anos (A renovação da geografia no Brasil no período 1978-1988)”. *Geographia*, ano II, nº 3, 2000.

PEDROSA, B.V. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte I).

PEDROSA, Breno V. Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura. São Paulo: Tese de doutorado na área de geografia humana – FFLCH/USP, 2013.

PEET, Richard. Modern geographical thought. Oxford: Blackwell publishing, 1998.

SANTOS, Milton. Território e sociedade – entrevistas com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SCARIM, Paulo C. “A construção da geografia acadêmica no Brasil” in Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, AGB. nº 88, 2008.

_____, Paulo C. Coetâneos da crítica: contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira. São Paulo: Dissertação de mestrado, FFLCH –Geografia/USP, 2000.

SEABRA, Manoel; IUMATTI, Paulo; HEIDEMANN, H. D. Caio Prado Jr. e a Associação de Geógrafos Brasileiros. São Paulo: EDUSP, 2008.

VESENTINI, José William. “Geografia crítica no Brasil: uma interpretação depoente” in Ensaios de geografia crítica. São Paulo: Plêiade, 2009.

Recebido em dezembro de 2014
Aceito em março de 2015